

IMAGENS DA ESCRAVIDÃO NEGRA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

*José Alexandre da Silva**

Resumo: O objetivo desse texto é comunicar o início de uma reflexão, com base na história cultural, sobre como as imagens da escravidão são representadas nos livros didáticos de história do Ensino Fundamental. Trabalhamos com a hipótese de que na maioria dos casos as imagens veiculadas nesses manuais são representações negativas dos negros, em plena vigência da Lei 10639. Isso, uma vez constatado que em boa parte dessas imagens os negros escravizados estão em alguma situação degradante, como realizando trabalhos forçados, dispostos como mercadorias nos comércios de escravos ou sendo punidos. Para tanto selecionamos, para análise, as coleções que estão presentes nas versões de 2005 e 2008 do PNLD e as coleções que tiveram maior número de vendas em cada uma dessas duas ocasiões.

Palavras chave: escravidão negra, livros didáticos, imagens da escravidão.

Introdução

Essa pesquisa versa sobre livros didáticos do Ensino Fundamental distribuídos pelo Governo Federal nas escolas de todo o país. Esta tem por objetivo analisar a forma como a escravidão negra é representada através de imagens nesses manuais. O material selecionado para a pesquisa são os livros didáticos do Ensino Fundamental que estão presentes nas versões de 2005 e 2008 do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Num primeiro momento, através de uma abordagem quantitativa, pretende-se localizar as imagens mais recorrentes para ilustrar a escravidão para em seguida, utilizando as representações sociais averiguar como os negros são representados nos capítulos de história do Brasil. A principal motivação para essa pesquisa vem do fato de que na vida escolar dos alunos e na vida profissional dos professores os livros didáticos ocupam um lugar importantíssimo.

Os estudos sobre livros didáticos têm seu lugar assegurado na historiografia. O historiador francês Marc Ferro (FERRO, 1983), vai confrontar a história oficial, de várias localidades diferentes, veiculada principalmente pelos livros didáticos, com outras visões de

* Graduado em história, professor do Ensino Fundamental e Médio na rede estadual de ensino do Paraná.

mundo. No Brasil, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, as análises de livros didáticos apontavam para o caminho de que as questões ideológicas tinham grande influência o mercado editorial didático, (NOSELLA, 1978) e (FARIA, 1986). Atualmente, a questão ideológica já não está na centralidade das análises, mas sim antes de tudo a questão mercadológica. Ou seja, independente de qualquer tipo de ideologia é a vendagem dos livros que vai nortear os estudos sobre o livro didático (MUNAKATA, 2002). Há bastante tempo que resultados de pesquisa e reflexões sobre livros didáticos têm seu lugar garantido em várias coletâneas sobre Ensino de História, revistas científicas e coletâneas sobre o próprio tema: (SILVA, sem data), (PINSKY, 1997), (BITTENCOURT, 2006) e (OLIVEIRA, 2007).

O Livro

O livro didático faz parte do processo formal de aprendizagem do aluno, é ali que ele estabelece um contato mais intenso com o mundo da leitura, no caso da disciplina de História com outras temporalidades, lugares e culturas diversas. Portanto, compreender o movimento desse bem cultural é de suma importância para aqueles envolvidos diretamente com a educação, os professores de Ensino Fundamental e Médio.

No caso dos livros didáticos, o Brasil guarda certas peculiaridades uma vez que o Governo Federal mantém o maior programa de distribuição de livros do mundo o PNLD. Isso faz do livro didático escolar o gênero mais comercializado pelas editoras, fato que em si já é revelador de uma forte relação econômica entre Estado e Empresas Editoriais. “(...) num País que consome, em média, 2,5 livros por ano, o governo adquiriu, em 2007, 121 milhões de exemplares. Trata-se do maior programa de aquisição de livros do mundo. E o cliente é o Estado”(PINHO & SELIGMAN, 2007: Carta Capital) Considerando que os números acima estão na casa dos milhões, que pesquisas nessa área se tornam cada vez mais urgentes.

Mesmo com essas cifras, esse livro também já foi chamado de primo pobre da literatura. Essa assertiva, formulada por Lajolo e Zilberman, diz que os livros didáticos são abandonados pelos alunos ao final dos anos letivos uma vez que ascendem para uma próxima etapa da vida escolar. Soma-se a isso o fato de seu conteúdo pode se tornar anacrônico num curto espaço de tempo pelo avanço científico das respectivas áreas (LAJOLO & ZILBERMAN 1999). Esse fatores característicos desse tipo de literatura não vão torna-la frágil no que diz respeito à riqueza que têm como objeto de estudo.

Mesmo que interesse aos alunos apenas por um determinado tempo,

"(...) Do ponto de vista das instituições escolares, sua contribuição está em, concomitantemente a outras fontes, possibilitar entender a instituição escolar por dentro, já que esse tipo de material é portador de parte dos conteúdos do currículo escolar naquilo que diz respeito ao conhecimento (CORRÊA, 2000: 13).

Entretanto, no ambiente escolar não são apenas livros didáticos e alunos que vão entrar em cena. Nesse contexto, a figura do professor também é fundamental. É no convívio e inter-relação entre livros didáticos, professores e alunos é que vai acontecer, ou não, o processo que chamamos de ensino-aprendizagem. Nesse processo, é difícil saber o papel desempenhado por cada um desses atores, uma vez o livro é portador de "parte dos conteúdos do currículo". Resta saber a dimensão dessa parte. Também, gera um mal estar a constatação de que a literatura hora em pauta assumiu um papel de centralidade no trio aluno-livro-didático-professor. Essa constatação não está apenas embasada na observação do dia a dia, no ambiente de trabalho, mas também já foi sistematizada na produção acadêmica sobre o tema. Acreditamos ser importante o que Vissentine sugere:

Pensem no livro didático percebido pelo professor como instrumento de trabalho, em escolas pobres, sem condição para o acesso a qualquer outro material. (...) Aqui o livro, este livro, encontra seu lugar. (...) ele aparece como ponto comum, como vínculo, entre professor e alunos. Mais, pode tomar forma de critério do saber. (...) Em torno dele pode estabelecer-se a "cadeia de transferências" característica da própria idéia de saber permanente percorrendo essa escola (...) e na seqüência professor/livro/outras fontes/documentos, formando uma hierarquia que, no melhor dos casos, interrompe-se nos irreduzíveis fato e documento. Dessa forma o conhecimento apresenta-se fora da relação entre professor e alunos e impõe-se aos dois pólos. O livro didático vai expressar essa exterioridade e tornar-se fonte decisiva para ambos. (VISSENTINE, sem data: 74)

Já Gatti Jr, desenvolve a formulação de que

Os livros didáticos (...) substituíram os professores (...) passando a ser os portadores dos conteúdos explícitos a serem transmitidos aos alunos e (...) passaram a ser os organizadores das atividades didático-pedagógicas exercidas pelos docentes para viabilizar os processos de ensino e de aprendizagem (JUNIOR, sem data).

O aspecto de centralidade, a que Gatti Jr se refere, que os manuais didáticos exercem na atividade de tantos profissionais que, como eu, têm a profissão de ensinar história para crianças soa de forma aterradora. Na condição de professor de história é muito incômodo pensar que o livro didático direciona não apenas o meu trabalho e de meus colegas, mas que

também determina o conhecimento dos fatos históricos a que boa parte dos estudantes têm acesso. Isso, ainda que consideremos o advento dos meios de comunicação e da internet como difusores de informações, não apenas históricas, mas, de todas as áreas do conhecimento. Seguindo essa linha de raciocínio, pensamos ser urgentíssimo que professores conheçam melhor esse bem cultural que é, não por coincidência, o mesmo livro didático que os alunos trazem em suas mochilas. Quem sabe conhecendo melhor o material que temos em mãos, e experimentando novas formas de explorá-lo, possamos fazer com que ele não se torne “critério do saber” e sim um instrumento valioso na relação que compõe com professores e alunos.

As Imagens

Vivemos numa sociedade cada vez mais midiática as palavras por si só parecem ter perdido, nesse gênero específico de literatura, a sedução. Sobre as ilustrações de livros didáticos no Brasil, (BITTENCOURT, 2006: 76-77) elenca alguns fatores interessantes. O primeiro, é de que as ilustrações em nosso país para os livros, ou capítulos de História Geral, são tiradas de obras francesas. Isso devido à influência francesa nos nossos currículos. Outro fator diz respeito ao preço que essas imagens vão conferir ao final dos projetos, que nos dias de hoje são realizados em estilo de fábrica com a atuação de vários profissionais, entre esses os pesquisadores iconográficos. Isso gera o impasse de que o livro tem que sair barato, mas não pode prescindir de imagens tão necessárias à aprendizagem. Já para a ilustração de história do Brasil os autores e editores tiveram que organizar um acervo próprio de gravuras e ilustrações. Essas eram produzidas por desenhistas ou fotógrafos de obras do final do século XIX. Também é necessário frisar a

História política que predominou no Ensino de História até recentemente foi responsável pela configuração de uma galeria de personagens da vida administrativa do país Houve o cuidado de se pesquisar os possíveis retratos de personagens que ficaram famosos posteriormente, para serem apresentados aos jovens estudantes.

O panorama sintetizado acima talvez dê uma idéia da dependência que os livros didáticos no Brasil tiveram ou ainda têm em alguns níveis de produção com outros países. Entretanto os elementos que podem ser chamados nacionais teriam que ter suas representações criadas aqui mesmo dentro do país. Como atualmente, a história política já não

tem a influência do passado, as figuras políticas já não vão ter a cadeira cativa de outros tempos e novos grupos sociais vão começar a permear as imagens dos livros didáticos de história. Falamos de indígenas, negros, brancos e quaisquer outros sujeitos históricos que podem ser representados nesses livros. Uma questão importante, e que acreditamos que vêm sendo encarada com seriedade, é como essas figuras são trabalhadas ou exploradas na literatura didática?

Vejamos como vai ser visto por (ZAMBONI, 1998) o amálgama entre imagem e texto que vai ocorrer na literatura didática: “As imagens são postas ao lado dos textos, muito mais como meras ilustrações do que como um outro texto a complementar o principal. Em inúmeros livros didáticos não há fontes que indiquem a origem das ilustrações.” Nos últimos anos, esse panorama pode ter ganhado mudanças significativas com a avaliação pela qual as coleções são submetidas no PNLD. Nesse sentido, o quesito imagem pode ter evoluído qualitativamente e maioria das coleções a que Zambone se refere, no seu texto, já podem ter deixado de ser compradas pelo governo.

No manual PNLD 2008, o item imagens também consta na avaliação com os quesitos não, suficiente, bom é ótimo. Como podemos ver apenas uma Coleção é avaliada com o critério não. Com o critério bom também apenas um. Três coleções são avaliadas com o critério suficiente e 5 coleções são avaliadas como ótimas. Os critérios de análise do PNLD estão relacionados à forma como os autores vão contextualizar as imagens e explorá-las com legendas e questionamentos sobre as mesmas. Nesse sentido acreditamos a forma como as imagens vêm sendo apresentadas nos manuais tiveram ganhos qualitativos nos últimos anos. Como nossa proposta é analisar como a escravidão negra é representada nas imagens dos livros, vejamos como anda o panorama dos estudos da escravidão no Brasil.

A escravidão

Há muito que a escravidão vem sendo estudada no Brasil. Conhecer uma instituição que perdurou por mais 300 anos pode contribuir em muito para o entendimento do nosso país. Em diferentes momentos diferentes questões direcionaram o rumo das pesquisas que ao nosso ver comprovam que a escravidão vem recebendo um certo destaque na nossa produção acadêmica mesmo ainda restando muito a ser feito. Entre os autores que vêm se dedicando a esse tema existe uma discordância que se dá necessariamente entre o caráter maligno ou

Jacarezinho, dos dias 21 a 24 de Maio de 2008. ISSN: 978-85-61646-01-1 Página 5

benevolente da escravidão. É uma espécie de dualismo no qual ora a instituição é apresentada sob aspectos positivos, ora se ressaltam suas misérias e mazelas. Em torno desse binômio foram construídos vários esquemas explicativos.

Entre a geração que assistia a abolição estava Nina Rodrigues. Médico, maranhense e descendente de escravos lamentava haver tantos negros no Brasil, um país que não podia ser comparado aos Estados Unidos onde o controle da raça branca mantinha o país civilizado. E o Brasil demoraria muitas gerações para atingir um estágio social superior por estar cheio de negros e mestiços (FLORENTINO & GÔES sem data). Idéias desse tipo, correntes no Brasil desde o final do século XIX, foram fundamentadas nas obras do pensador criminalista italiano Cesare Lombroso, que acreditava que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário e, portanto, detectável nas sociedades. Também tinham forte influência os adeptos da frenologia e da craniologia, Paul Broca e Samuel G Gorton que através da mensuração dos crânios estabeleciam correlações entre características físicas e potencialidades morais dos indivíduos (SCWARCZ, 1996: 78). Esse pensamento que associava características físicas ao comportamento das pessoas foi correu nos círculos intelectuais brasileiros até por volta da década de 1940, e nesse espaço de tempo contribuiu em formulações como essa acima de Nina Rodrigues que foi um dos precursores do estudo dos negros no Brasil. Entretanto, na década de 1930 surge uma obra que vai tratar os negros no país de forma diferente.

O primeiro autor que merece destaque tanto pela importância e caráter científico da obra e pela influência que teve até em nível internacional é Gilberto Freyre com o seu clássico *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1998). Trata-se de uma obra pioneira em vários aspectos como a utilização de fontes variadas e a metodologia antropológica adotada em primeira mão por esse autor em nosso país. Freyre também foi o primeiro autor a destacar a importância da contribuição dada pelas três etnias que vem originar o nosso povo, branco, negro e o índio, abordando a questão num caráter científico de forma que ficou conhecida a sua teoria da miscigenação. É entre essas etnias que vai se conformar no paternalismo que segundo o autor caracteriza a sua relação: o senhor branco dispensa um tratamento brando, humano e benevolente ao escravo fundando assim a chamada democracia racial. É necessário lembrar que muitas das observações de *Casa Grande & Senzala*, referentes à escravidão e à relação senhor escravo, partem do ponto de vista da *Casa Grande*¹ e são generalizadas para os demais

¹ Jacob Gorender chega a dizer que essa obra poderia se chamar apenas *Casa Grande*, uma vez que sobre a *Senzala* diz muito pouco.

setores da vida social e para todas as regiões do país (GORENDER, 1992: 246). Algumas das idéias do chamado modelo freyriano também vão estar presentes em outros autores, também de tradição ensaística, e vulto semelhante na historiografia brasileira que vão construir modelos instigantes de interpretação da nossa realidade.

Um desses autores é Caio Prado Junior (JUNIOR, 1999). No seu pensamento a análise da escravidão no Brasil aparece amparada em dois elementos: o primeiro, e de maior importância nessa obra, é referente às necessidades econômicas de exploração do capital que faziam a relação senhor escravo ser de índole cada vez mais brutal. A escravidão, como uma mera decorrência da exploração colonial, se institui de tal forma que anula qualquer possibilidade de o elemento negro dar alguma contribuição significativa nessa nova formação social; já o segundo elemento são os traços patriarcais e aristocráticos, ou contato entre cativos e o senhor, da sociedade que amenizava o jugo explorador. Em total acordo com Gilberto Freyre, Caio Prado acredita que o sistema patriarcal alivia a rudeza e brutalidade dessa nova sociedade. Mas se o nosso referido historiador tinha conhecimento da obra do sociólogo pernambucano parece que não se inspirou em Gilberto Freyre na forma que se refere tanto aos negros quanto aos indígenas. Nesse quesito Caio Prado Junior parece ter se inspirado em intelectuais como Arthur Ramos e Nina Rodrigues que foram, por sua vez, suscetíveis às idéias do pensamento racista europeu.

A democracia racial expandiu seu eco em níveis internacionais uma vez que a Unesco resolveu financiar uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Pensava-se que a escravidão aqui poderia ter se dado num plano diferenciado da que houvera nos Estados Unidos e a tentativa de comprovação dessa idéia podia ser uma ferramenta útil para combater o racismo europeu, que alguns anos antes havia deflagrado uma guerra mundial (IANNI, 2004: 8). Assim constitui-se na Universidade de São Paulo uma equipe de cientistas sociais, centralizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que passou a se dedicar sobre o Estudo da escravidão e das relações raciais no Brasil. Esse grupo mais proximamente também era composto por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni e posteriormente, outros autores realizaram obras que se somaram à tradição desse movimento, que movimento ficou conhecido como escola paulista ou escola uspiana.

A maioria desses trabalhos versam sobre fontes coligidas nas regiões de plantation do século XIX, zonas cafeeiras, o que desprivilegia o estudo da escravidão em regiões de contingente cativo reduzido baseadas em economias de subsistência. Também é necessário

dizer que suas fontes não privilegiavam a ação dos negros escravizados sendo em boa parte constituídas por relatos de viajantes estrangeiros com um olhar europeizado. Os negros escravizados não vão ter nenhuma reação ao jugo escravista que não o aquilombamento, os ataques contra os senhores, ou seus prepostos, infanticídio ou suicídio. Também são vistos como coisas, ou coisificados, quando não no aspecto subjetivo, aí sim no aspecto legal, uma vez que eram comercializados ao bel prazer de seus proprietários e não tinham vontade própria, pois até para haver a abolição foi necessário que uma parcela da sociedade branca tomasse frente nas articulações. A inspiração desses trabalhos é o materialismo histórico donde vai se depreender o caráter capitalista e a crueldade da escravidão abandonando, mas não completamente, o paternalismo, a relação suave entre senhor e escravo e a tese da democracia racial. Entretanto no final dos anos 1970 e início dos 80 surge uma corrente historiográfica que vai tratar de forma diferenciada as questões referentes à escravidão. é a chamada “Nova História Social da Escravidão”²

Apesar de na década de 1970 já terem surgido alguns trabalhos que apontavam reflexões mais acuradas sobre a escravidão e o negro escravizado é a partir de 1980 que vão se iniciar as reflexões mais sistematizadas. Isso se deve até pelo contexto de abertura política do governo do general Geisel, pois datam dessa época a expansão e consolidação de vários programas de pós-graduação, do desenvolvimento dos movimentos sociais e da luta pela redemocratização cristalizada na campanha ‘Diretas já’ de 1984. A renovação historiográfica também deve ser entendida num contexto internacional de renovação teórica e metodológica que está no âmbito da renovação da história política e sua articulação com a história cultural. Assim, existe um desvio do enfoque historiográfico, e também das outras ciências sociais, no que se refere aos modelos estruturalistas e economicistas utilizados em larga medida até então (GOMES, 2006: 8). Essa nova corrente é tachada, pejorativamente, por seus antecessores como “neopatriarcal”(GORENDER, 1992: 245-246). Já para Sílvia Hunold Lara essa vem:

Problematizando a tese da anomia social e pretendendo romper com a oposição reducionista entre acomodação e resistência, vários autores passaram a investigar a multiplicidade de experiências negras sob o escravismo, buscando as visões escravas da escravidão e da liberdade. Estas obras procuraram mostrar como aqueles que estiveram submetidos ao cativeiro tinham valores e projetos – diferentes daqueles de seus senhores – e lutaram por eles de variadas formas. Construíram alternativas de vida, conquistaram pequenos espaços de autonomia

² Esse conceito foi usado pela historiadora Hebe Mattos em palestra no XXIV Simpósio Nacional de História, **História e Multidisciplinaridade: Territórios e deslocamentos.**

econômica, social e cultural, e ações – individuais ou coletivas – transformaram as próprias relações de dominação a que estavam submetidos (LARA, 2005).

O escravo, desse modo, passa a ter vontade própria não é mais uma “extensão da vontade de seu dono”. Suas atitudes passaram a ser valorizadas, sua condição de escravizado não o relega mais ao mito do “escravo coisa” e a rebeldia não é mais a sua única forma de romper com o estado de coisificação. O escravo agora sabe negociar e pode interferir nas condições da sua venda, se for o caso. Não aceita mais o jugo do feitor e se achar que foi castigado de forma arbitrária não aceitará isso de forma passiva, mas sua reação não será necessariamente a violência física. Ele se casa, forma família, estabelece laços de amizade e muitas vezes nem mora ao pé de seu senhor. São essas e outras mais as nuances que compunham as relações escravistas e que vieram ao lume nesses últimos anos. Partindo desse ponto de vista, trabalhar com os conceitos resistência e acomodação como pólos opostos fecha uma gama de possibilidades que podem para o melhor entendimento das relações que se davam no processo da escravidão.

A relação entre senhor e escravo se dava nesse patamar. Se o senhor, capitalista, não estava lidando com um agente “coisificado” cuja vontade era uma própria extensão sua é absolutamente natural que para manter o controle sob o cativo esse tivesse de aceitar as suas conquistas. Da mesma forma o escravo na condição de agente histórico também era capaz de desenvolver seus ardis e sutilezas, para dar cabo de seus projetos de vida sem contestar, necessariamente, o seu status de servil.

Muitos pesquisadores chegaram a conclusões desse gênero trabalhando com a perspectiva da “autonomia” escrava. Isso se deve à, já referida, guinada teórica que se deu no Brasil na década de 1980. A partir de então as teses que privilegiavam o determinismo econômico e a escravidão como mola do acúmulo de capital passaram a ser consideradas insuficientes para dar conta do entendimento da escravidão. Além de novas fontes passaram a ser usados novos métodos que revolucionaram os estudos da escravidão.

Levar em conta os movimentos da historiografia acerca desse tema é de suma importância para analisar como os negros são representados nas imagens dos livros didáticos para perceber se existe ou não um fosso entre a produção historiográfica e a transposição didática desse conteúdo para os manuais escolares.

Metodologia e fontes

Na edição 2008 do PNLD 26 coleções de história foram analisadas. Dessas, foram aprovadas 19 coleções, equivalente a 73% do total e 7 coleções foram descartadas do programa, 27%.³ Das 19 coleções que passaram pelos critérios de avaliação do PNLD, 11 são remanescentes ainda da versão de 2005 desse mesmo programa. Nossa análise vai se centrar nessas 8 coleções pelo fato de terem sido aprovadas nas versões de 2005 e 2008 do PNLD. Tendo em vista que apenas as coleções aprovadas em cada programa vão estar disponibilizadas para a escolha dos professores, o fato de essas 8 coleções terem passado pelo crivo, da análise de especialistas de sua área, por duas vezes, é indicativo, ao nosso ver, tanto de alguma qualidade quanto da sua perenidade no mercado editorial. Essa escolha traz o problema de que entre as coleções comuns às duas versões do PNLD não se encontram nem a coleção mais bem avaliada⁴ da versão de 2008 nem a que teve maior índice vendas⁵. Por isso incluímos essas às demais que são comuns aos dois programas. No “Guia de Livros Didáticos/PNLD 2008”, as coleções são divididas em 4 blocos: História, Temática, História Integrada, História Intercalada e História Convencional. As coleções que selecionamos para nossa análise estão dispostas em anexo no Quadro 1.

Dado o material, o próximo passo será analisar os capítulos que tratam da escravidão negra no Brasil. Na maioria das coleções essa temática está inserida na 6ª série. Nesse momento não é nosso objetivo caracterizar como se dá a relação das imagens com os textos e sim averiguar se entre as representações visuais predominam positivas, que vão retratar o negro em outras ocasiões que não nos porões dos navios, nos troncos sendo surrados, nas lavouras de café, ou nos garimpos sendo caracterizados como mão de obra. Ou então as negativas, essas que mesmo correspondendo com uma boa parcela de veracidade, não reserva espaço para as festas, as missas das irmandades, os jogos de capoeira e cenas cotidianas que podem melhor revelar como vivia a população escravizada, pois são nesses espaços que podemos perceber muito da vivência dos cativos.

³ Guia de Livros Didáticos/PNLD 2008

⁴ Conforme Consta no Edital PNLD 2008 cada coleção foi avaliada de acordo com 10 critérios: 1. Concepção de História; 2. Conhecimentos históricos; 3. Fontes históricas/documentos; 4. Imagens; 5. Metodologia e Ensino-aprendizagem; 6. Capacidades e habilidades; 7. Atividades e exercícios; 8. Construção da Cidadania; 9. manual do professor; 10. Editoração e aspectos visuais. Em cada um desses critérios a coleção poderia ser considerada: Ótima, Boa, Suficiente e Não. A única coleção considerada ótima em todos os quesitos foi História em Projetos.

⁵ “Coleção mais escolhida pelos professores, “Projeto Araribá - História”, da editora Moderna, terá 5,7 milhões de exemplares distribuídos às escolas de 5ª a 8ª série em 2008” (PINHO & SELIGMAN, 2007).

Conclusão

A temática dos negros nos livros didáticos de história tem convergências nevrálgicas. De acordo com a Lei 10 639 de 9 de janeiro de 2003, "Art. 26- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira." Num país em que a população negra foi trazida contra sua vontade e escravizada por cerca de três séculos o conteúdo do artigo citado acima torna-se uma grande conquista dos afro-brasileiros. O término oficial da escravidão não trouxe consigo o fim da espoliação e das injustiças sofridas pelos negros brasileiros, o processo está sendo longo, mas cada passo é importante na consolidação de uma sociedade mais equitativa para todas as etnias.

Nesse mesmo país, um programa de distribuição de manuais escolares que movimentava cifras na casa dos milhões. Esses números despertam o interesse de grandes empresas multinacionais para esse "negócio da China". Essas empresas vão se inserir no mercado editorial do país e auferir lucros vultuosos com as compras de livros didáticos, do Governo Federal, através do MEC. Esses manuais, em tese, vão ser instrumentos com presença garantida nas escolas de todo país e desempenhar um papel, para muitos, considerado central na relação ensino-aprendizagem. Essa "centralidade" chega a nos parecer aterradora, uma vez que o bem cultural, livro-didático, vai tomar essa posição. Nesse contexto, conhecer como vão ser representados nos manuais escolares a figura do negro escravizado é de suma importância.

Referências

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4ª ed. São Paulo. Editora da Unesp, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FLORENTINO, Manolo Garcia. GÓES, José Roberto. **Parentesco e Família entre os escravos do século XIX: um estudo de caso.** In: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/ver_inf/r12/florenti.doc. Acessado em: 20/01/2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala** Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Questão Social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34. p. 1-33

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. **LPH: Revista de História**, Ouro Preto nº 1. 1992. p. 245-266.

IANNI, OCTÁVIO. O preconceito racial no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, 18 (50). 2004. p. 6-20. Entrevista concedida a Alfredo Bosi e Marco Antônio Coelho.

LARA, Silvia Hunold. **Novas dimensões da experiência escrava no Brasil.** Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/negros13.shtml>. Acessado em 17/06/2005.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

PINHO, Angela. SELIGMAN, Felipe. **Compras do MEC fazem anônimo virar best-seller.** Folha de São paulo. in: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u332592.shtml>. Acessado em 20/02/2008.

PINSKI, Jaime. **O Ensino de História e a Criação do Fato.** São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **A Escravidão Negra em São Paulo** – um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. São Paulo: Livraria José Olympio Editora Mec, 1977

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

SCWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia.** nº 18. 1996.

SILVA, Marcos A. da Silva. **Repensando a história.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, sem data.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

JÚNIOR, Décio Gatti. **Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de História: um percurso de massificação do Ensino Escolar brasileiro.** Disponível in: <http://200.198.106.117/phl5/html/43.htm>. Acessado: 01/02/2008.

Anexos

Quadro 1

Bloco	Título	Autores	Editora
História Temática	Série Link do Tempo	Denise Mattos Marino Léo Stampacchio	Escala Educativa
História Temática	História Temática	Andréia Rodrigues Dias Montellato Conceição Aparecida Cabrini Roberto Catelli Jr.	Scipione
História Temática	Historiar – Fazendo, contando e narrando história	Dora Schmidt	Scipione
História Integrada	Projeto Araribá-História	Obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna	Moderna
História Integrada	História em Projetos	Andréia Paula Carla Miucci Ferraresi Conceição de Oliveira	Ática
História Integrada	Diálogos com a História	Kátia Correia Peixoto Alves Regina Célia de Moura Gomide Belisário	Positivo
História Intercalada	História e vida integrada	Claldino Piletti Nelson Piletti	Ática
História Intercalada	História em documento: imagem e texto	Joelza Ester Rodrigue	FTD
História Intercalada	Saber e fazer História	Gilberto Cotrim	Saraiva
História Convencional	Descobrimos a História	Sônia Maria Mozer Vera Lúcia Pereira Telles	Ática

Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR
"Patrimônio Histórico no Século XXI"

		Nunes	
	Nova História Crítica	Mário Schmidt	Nova Geração